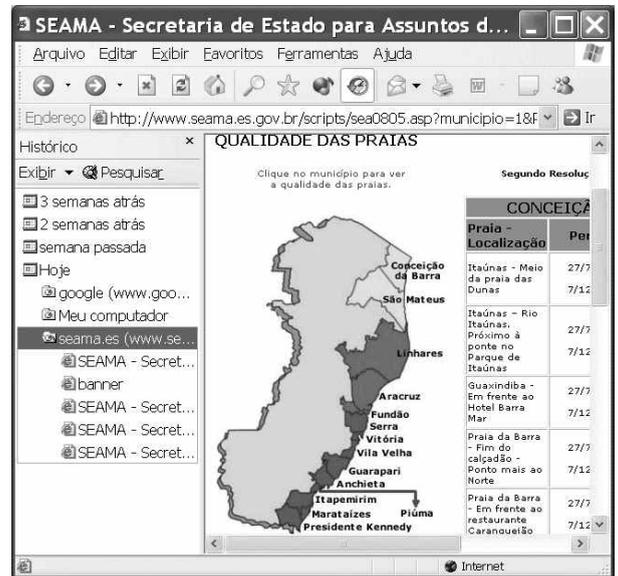


- 40 Com base nas informações contidas na janela do IE6 ilustrada, é correto afirmar que há *hyperlinks* associados ao mapa ilustrado.
- 41 Considerando que, para se acessar o sítio que contém a página ilustrada acima, o roteador de endereço IP 192.228.17.57 tenha sido utilizado, então é correto concluir que a versão IPv6 do protocolo IP foi utilizada na sessão de uso do IE6 descrita.
- 42 Caso o botão  fosse clicado, seria obtido um ambiente do IE6 que permite a transmissão de voz sobre IP (VoIP). Como o acesso à Internet acima referido foi realizado a partir de uma conexão WLAN no padrão IEEE.802.11.b, seria possível obter, no uso de serviços de voz, qualidade de serviço (QoS) superior ou igual à obtida em redes de telefonia comutada a circuitos.
- 43 Na sessão de uso do IE6 descrita acima, a janela ilustrada a seguir poderia ter sido obtida a partir de recursos desse aplicativo. Nessa janela, caso fosse incluída a expressão "http://www.contato.provedor.com.br" no campo associado a  e clicado o botão , teria sido iniciado processo de envio de mensagem de correio eletrônico a um endereço de *e-mail* válido, por meio do aplicativo Outlook Express (OE). Nesse envio, o protocolo ICMP garantiria segurança na transmissão, ao utilizar técnicas de criptografia na codificação da mensagem, caso botão específico do OE fosse clicado.



- 44 Considere que a janela ilustrada abaixo tenha sido obtida ao se clicar o botão  na sessão de uso do IE6 descrita. Nessa situação, é correto concluir que pelo menos quatro páginas do sítio que contém a página ilustrada acima foram acessadas na referida sessão de uso do IE6.



Com relação ao Windows 98, julgue os itens seguintes.

- 45 Há mais de uma maneira de configurar a lixeira do Windows 98. Em uma das possíveis configurações, ao se excluir um arquivo, ele não é movido para a lixeira.
- 46 Por meio do Windows Explorer, é possível realizar diversas operações com arquivos, tais como mover arquivos de um diretório para outro ou renomear arquivos.
- 47 Se houver duas janelas de programas diferentes abertas, aparecerão dois botões, cada um correspondente a uma dessas janelas, na barra de tarefas. Para trazer uma janela para o primeiro plano, é suficiente clicar no botão, na barra de tarefas, correspondente a essa janela. Outra forma de se realizar essa tarefa é por meio do uso apropriado da combinação das teclas  e .

Considerando que um usuário necessite fazer o *backup* de um arquivo que está armazenado no disco rígido de um computador, julgue o item a seguir.

- 48 Caso esse arquivo seja de 10 MB, será possível realizar o *backup* usando um CD do tipo WORM. Entretanto, caso o arquivo seja de 100 MB, a capacidade de armazenamento desse tipo de CD não será suficiente para armazenar o arquivo e, nesse caso, sempre será possível fazer o *backup* com apenas um disquete de 3½" do tipo mais comumente usado.

|   | A     | B       | C         | D     | E |
|---|-------|---------|-----------|-------|---|
| 1 |       |         |           |       |   |
| 2 | Item  | Janeiro | Fevereiro | Março |   |
| 3 | Papel | 210     | 198       | 215   |   |
| 4 | Toner | 450     | 450       | 450   |   |
| 5 | TOTAL |         |           |       |   |
| 6 |       |         |           |       |   |
| 7 |       |         |           |       |   |

A figura acima mostra uma planilha que está sendo editada no Excel 2000, contendo os gastos de um escritório com fotocópias. Com relação ao Excel 2000 e a essa planilha, julgue os itens seguintes.

- 49 Para se mesclar as células B1, C1 e D1 em uma única célula, e nela colocar a palavra MÊS, é suficiente selecionar o grupo formado por essas células e, em seguida, pressionar simultaneamente as teclas  e .
- 50 Para se calcular o gasto total com os itens mostrados no mês de fevereiro, pondo o resultado na célula C5, é suficiente clicar a célula C5, digitar adicionar(C3,C4) e, em seguida, teclar .

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em planejamento ambiental, costuma-se interpretar um conjunto de informações regionais referenciadas no espaço e apreendidas de maneira holística. Metodologicamente, essa concepção exige, a princípio, uma definição da unidade espacial de trabalho, a partir da compreensão da área que contenha as interações e pressões sobre os sistemas naturais ou criados pelo homem.

A definição dessa área é uma tarefa extremamente complexa, não só pela dificuldade em delimitar a área de contenção de impactos, de pressão ou fenômenos como também pela variedade de escalas necessárias para avaliação dos núcleos-alvo focados.

A questão da delimitação da área de influência ainda permanece indefinida quanto a critérios, metodologia e escalas apropriadas para estudo de diversos tipos de interferências modificadoras do ambiente.

Para definir a área de estudo, deve-se partir de considerações sobre a complexidade local, a abrangência e o núcleo dos principais problemas regionais, as escalas necessárias para avaliar as questões ambientais e o tamanho das unidades territoriais envolvidas. Porém, independentemente desses fatores de influência sobre o meio, é comum que a equipe planejadora defina a bacia hidrográfica — um espaço desenhado pela natureza — como uma unidade de trabalho.

Quando a bacia hidrográfica torna-se o espaço das funções urbanas ou do campo, a complexidade aumenta, pela diversificação de produtores e consumidores, pela ampliação das relações intrínsecas e pela sua dependência de fontes externas, criando uma malha que comumente transcende o território da bacia. Sendo assim, a unidade natural bacia hidrográfica não contém em seus limites todas as relações que se impõem diante das necessidades e dos anseios dos grupos sociais atuantes em seu espaço. Não se pode aceitar a rigidez de um meio natural como área de planejamento e de ação gerencial.

O coordenador de uma equipe de planejamento não pode perder de vista que, ao definir uma área de referência ao estudo, deve, antes, reconhecer e sistematizar a complexa teia de cada região. Ao mesmo tempo, deve considerar se os dados a serem utilizados estão disponíveis na unidade de trabalho escolhida.

Rosely Ferreira Santos. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004, p. 40-2 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 51 O texto menciona a dificuldade em se definir a unidade espacial de trabalho dentro do planejamento ambiental.
- 52 O texto afirma que, entre as unidades espaciais de trabalho, a bacia hidrográfica ainda é a melhor unidade dentro do planejamento ambiental.
- 53 Dados socioeconômicos, censitários, de infra-estrutura e estatísticos no Brasil estão, freqüentemente, disponíveis por município. Esse é o tipo de impasse de ordem técnica que o planejador pode ter ao adotar a bacia, uma vez que os dados transcendem o território da bacia.
- 54 A partir do texto, é correto concluir que, no planejamento ambiental, a unidade de trabalho deve ser definida caso a caso, em função das características e dos objetivos pretendidos.

Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município. Isto é garantido nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelecem os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, do cumprimento da função social da cidade e da propriedade. E também o direito de participação é garantido no Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 10.257/2001, que regulamenta os referidos artigos da Constituição Federal e estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil. O Estatuto oferece instrumentos para que o município possa intervir nos processos de planejamento e gestão urbana e territorial, e garantir a realização do direito à cidade.

Fazer planejamento territorial é definir o melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades, e todos os usos do espaço, presentes e futuros.

A atividade de construir e elaborar o plano diretor de cada cidade deve servir para incentivar os municípios a avaliar e implantar todo o sistema de planejamento municipal. O objetivo fundamental do plano diretor é estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, reconhecer a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos.

Nessa perspectiva, o plano diretor deixa de ser um mero instrumento de controle do uso do solo para se tornar um instrumento que introduz o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

O plano diretor deve articular outros processos de planejamento já implementados no município e na região.

**Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos.** Ministério das Cidades, 2004 (com adaptações).

A partir do texto acima e das legislações citadas, julgue os itens a seguir.

- 55 O plano diretor deve se elaborado e implementado com a participação efetiva de todos os cidadãos.
- 56 O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- 57 Todos os municípios brasileiros são obrigados a elaborar seu plano diretor.
- 58 O plano diretor não é obrigatório em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.
- 59 No contexto considerado, o conceito de cidade sustentável é entendido como o direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras.
- 60 Entre os processos de planejamento que o plano diretor deve articular, podem-se citar a Agenda 21, planos de bacia hidrográfica, zoneamento ecológico econômico, planos de preservação do patrimônio cultural e planos de desenvolvimento turístico sustentável, entre outros.
- 61 Conforme o Estatuto da Cidade, a lei que institui o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada sete anos.

Com referência à gestão da qualidade ambiental, julgue os próximos itens.

- 62 A instituição responsável no Brasil pelas normas ISO (Organização Internacional de Normalização) é a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 63 As normas ISO contribuem para melhorar a qualidade e a competitividade das empresas, produtos e serviços, protegendo o meio ambiente e o bem-estar da sociedade no seu conjunto.
- 64 A norma OHSAS 18001, cuja sigla significa *Occupational Health and Safety Assessment Series* foi desenvolvida para ser compatível com a ISO 9001: 1994 (para sistemas de gestão da qualidade) e com a ISO 14001:1996 (para sistemas de gestão ambiental), com o objetivo de facilitar às empresas a implementação de sistemas integrados de gestão totais ou parciais.
- 65 A ISO 14001 é uma norma que se aplica apenas a organizações multinacionais.

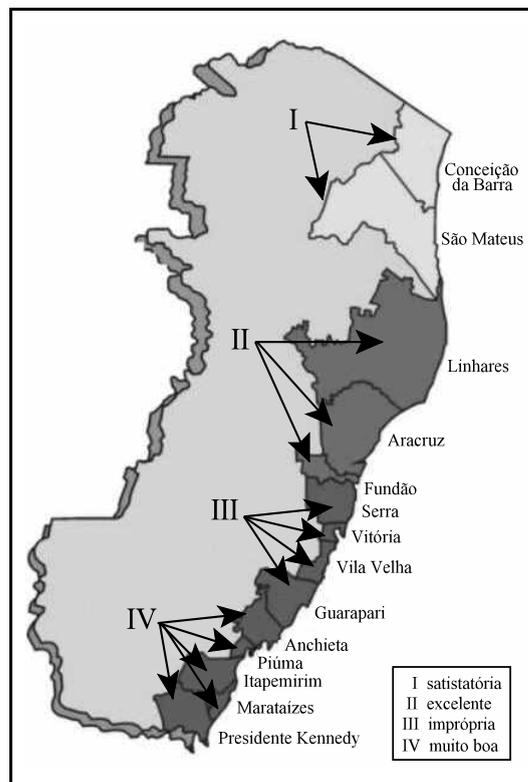
Lagoas de estabilização constituem uma das modalidades de sistemas de tratamento de águas residuárias. Considere um sistema de lagoas de estabilização situado em local onde o aquífero é vulnerável. Além disso, considere que o sistema tem falhas na concepção de seus subsistemas de drenagem e infiltração, neste último caso, por ausência de impermeabilização das lagoas. O efluente tratado é lançado no rio. Acerca dessa situação hipotética e do sistema de lagoas de estabilização de modo geral, julgue os itens a seguir.

- 66 O sistema considerado não é capaz de diminuir a carga orgânica lançada no rio.
- 67 O sistema descrito permite a diminuição da carga microbológica lançada no curso d'água.
- 68 Na hipótese em apreço, o sistema pode provocar a contaminação de águas subterrâneas por elementos contaminantes não removidos pelo sistema.
- 69 Processos de salinização do solo são impensáveis em situações como a descrita.
- 70 Na hipótese considerada, solos podem ser deteriorados por alagamento.
- 71 Em sistemas de lagoas de estabilização, o lodo tratado pode ser utilizado como fertilizante.
- 72 As águas residuárias tratadas pelos sistemas de lagoas de estabilização podem ser utilizadas na irrigação.
- 73 Os efluentes do sistema apresentam, por natureza, grande amplitude de variação do fluxo e de vazão.
- 74 O projeto do sistema de lagoas de estabilização foi dispensado da apresentação de um estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental por ser uma atividade do poder público e de utilidade pública, sendo seu licenciamento automático.

- 75 Segundo a Lei n.º 9.433/1997, esse tipo de atividade de uso dos recursos hídricos prescinde de outorga.
- 76 A eficiência do sistema de tratamento apresentará inevitavelmente um aumento caso a rede de coleta e canalização do esgoto urbano receba também as águas pluviais.
- 77 Problemas de operação e manutenção, ou mesmo de concepção do projeto básico do sistema podem impactar a geração de odores desagradáveis.
- 78 Pode-se prever ocorrência de bioacumulação de elementos potencialmente fitotóxicos quando se permite a descarga de efluentes industriais sem tratamento prévio na rede coletora do sistema.

A respeito do controle da qualidade da água para fins de consumo humano, julgue os itens seguintes.

- 79 Para água tratada no sistema de distribuição (reservatórios e rede), nos sistemas que analisam 40 ou mais amostras por mês, o padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano é ausência de coliformes totais em 100 mL em 95% das amostras examinadas no mês.
- 80 Quanto ao padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde, o valor máximo permitido para o benzeno é de 50 µg/L.
- 81 Recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de 3,0 a 5,5.
- 82 Tanto a extração de água de aquífero subterrâneo como a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água, quando em volumes significativos e voltada para consumo final de população em área urbana, inclusive abastecimento público, são submetidas a outorga.
- 83 Caso se detecte, por meio de monitoramento regular, que houve contaminação da água a ponto de comprometer o abastecimento público, o responsável pela poluição pode ser condenado à pena de multa e reparação do dano, mas não de reclusão.
- 84 O estabelecimento de padrões de qualidade da água para consumo humano está de acordo com o disposto na Lei n.º 6.938 de 31/8/1981, especialmente no que se refere a instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.



Internet: <<http://www.seama.es.gov.br>>. Acesso em 16/11/2004.

Considerando o mapa de balneabilidade das praias do Espírito Santo mostrado acima, julgue os itens a seguir.

- 85 O maior comprometimento da balneabilidade na região de Vitória deve-se aos processos urbanos não-consolidados.
- 86 Se fosse elaborado um gráfico correlacionando balneabilidade das praias no eixo *x* e latitude no eixo *y*, seria traçada uma reta entre os pontos com inclinação positiva, demonstrando haver uma correlação direta entre os dois fatores.
- 87 A balneabilidade das praias capixabas não pode ser afetada ou comprometida por processos antrópicos ocorridos em outra unidade da federação, demandando ações integradas de gestão ambiental e de prevenção e combate a calamidades.
- 88 Um programa de governo que articule diversas iniciativas voltadas para a eliminação dos lançamentos de esgotos nas praias pode ser considerado uma política de desenvolvimento sustentável.
- 89 Nos períodos de maior chuva, pode-se prever uma melhora nos índices de balneabilidade das praias.
- 90 Um bom sistema de informações, para permitir uma ação integrada entre o órgão ambiental e a defesa civil, deve estar ligado a uma rede de monitoramento contínuo da qualidade das águas não apenas nas praias mas também ao longo dos principais rios que deságuam no mar.
- 91 Projetos de construção de emissários submarinos que efetuem lançamento de esgoto *in natura* são mais eficientes do ponto de vista ambiental e econômico que projetos de construção de emissários submarinos acoplados a um tratamento primário e secundário.

A respeito das unidades de conservação (UCs), julgue os itens que se seguem.

- 92 Reservas biológicas e áreas de proteção ambiental são consideradas UCs de proteção integral e exigem um zoneamento e plano de manejo, sendo vedada a realização de atividades econômicas no seu interior.
- 93 A criação de UCs faz parte dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, e a legislação brasileira admite unidades tanto da esfera federal como da estadual.
- 94 As UCs podem ter efeitos positivos sobre o clima local e regional, desde sua atuação em seqüestro de carbono como no impacto sobre os valores de emissividade da superfície terrestre.
- 95 É desejável que as UCs possam ser criadas com uma relação área/perímetro acima de 50, pois, quanto maior esse índice, melhores serão as taxas de sobrevivência dos indivíduos nas populações e maiores as possibilidades de manutenção da diversidade genética no seu interior.
- 96 A fiscalização contra a caça ou captura de animais silvestres para fins comerciais no interior de UCs deve ser objeto de atenção especial, visto que essa atividade é tipificada como crime ambiental e avaliada como sendo de maior gravidade do que quando cometida fora dos limites da UC.
- 97 A realização de pesquisa científica em parque nacional, estação ecológica e reserva biológica é livremente permitida de forma a atender aos objetivos de incentivo à pesquisa sobre fauna, flora e ecologia das UCs e cooperação entre a comunidade científica e o IBAMA.
- 98 Entende-se por unidade de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com limites definidos e com objetivos de conservação.
- 99 A criação de diversas UCs de proteção integral, distantes entre si e com objetivo de proteger a mesma espécie, deve ser precedida de estudos prévios que avaliem as diferenças genéticas entre as populações e as variações de hábitat, de forma a subsidiar a tomada de decisão quanto ao seu atendimento à política de conservação da biodiversidade.

Acerca da disposição de resíduos e das políticas para gestão dos mesmos, julgue os itens seguintes.

- 100 A escolha de áreas para disposição final de resíduos deve ser precedida de mapeamento de áreas de exclusão, com base nos dispositivos da legislação ambiental.
- 101 Parâmetros como uso e ocupação do solo em bacias hidrográficas, balneabilidade e frequência de usuários nas praias e existência de pesca artesanal são irrelevantes no processo de escolha da localização de áreas para disposição final de resíduos.
- 102 Aterros sanitários, como obras de engenharia projetadas com impermeabilização do solo, coleta e tratamento de chorume, entre outros, prescindem de monitoramento.
- 103 Área de disposição final de resíduos em local com regime pluviométrico que apresenta uma precipitação total acima de 2.000 mm de caráter sazonal merece monitoramento cuidadoso no que se refere a escoamento superficial e infiltração de chorume.
- 104 Depósito de resíduos não apresenta qualquer contribuição quanto à emissão de gases contribuintes do efeito estufa.
- 105 A implantação da coleta seletiva é capaz de acabar com a necessidade de criação de áreas para disposição final de lixo.
- Considere a disponibilidade dos seguintes mapas de uma área urbana cruzada por diversos córregos e rios pertencentes a uma mesma bacia: canalização de águas pluviais, tipo de esgotamento sanitário domiciliar, renda, canalização de esgoto, topografia e depósitos clandestinos de lixo. A respeito das políticas de combate a calamidades e do apoio de tecnologias de informação como o geoprocessamento nesse contexto, julgue os itens a seguir.
- 106 No âmbito das políticas de combate às calamidades, incluem-se ações de combate à formação de depósitos de clandestinos de lixo em encostas de morros.
- 107 A sobreposição dos planos de informação correspondentes aos quatro primeiros mapas citados em um SIG permite mapear áreas com possibilidade de ocorrência de novas enchentes.
- 108 A sobreposição dos planos de informação correspondentes a todos os mapas citados em um SIG permite mapear áreas com possibilidade de ocorrência de doenças de veiculação hídrica como febre tifóide e cólera.
- 109 O mapeamento prévio de áreas de risco de ocorrência de enchentes ou desmoronamento de encostas pode ser incluído no rol das ações de políticas de combate à exclusão social.
- 110 A ocorrência de desmatamento em larga escala na bacia hidrográfica onde se situa a área urbana contribui para diminuir o escoamento superficial e aumentar as taxas de infiltração.

Acerca das políticas nacional e do estado do Espírito Santo para o meio ambiente, julgue os itens a seguir.

- 111 A lei da Política Nacional do Meio Ambiente definiu o conceito de meio ambiente como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- 112 O direito ambiental é um direito sistematizador, que faz a articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o ambiente.
- 113 O exercício do poder de polícia no que concerne às florestas de preservação permanente é uma das atribuições do IBAMA e dos conselhos regionais de engenharia.
- 114 Ao Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) compete a elaboração da política estadual do meio ambiente.
- 115 A política estadual de recursos hídricos busca assegurar padrões de qualidade adequados aos usos e melhorar o aproveitamento socioeconômico integrado e harmônico da água, bem como garantir à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade.

- 116 A política nacional do meio ambiente tem como um dos seus instrumentos o cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.
- 117 A reserva florestal legal tem por fim exclusivo a proteção da diversidade biológica, enquanto as florestas de preservação permanente visam evitar o assoreamento dos rios e as enchentes, fixar as montanhas e aplinar os outeiros.
- 118 O Sistema Nacional de Integração e Processamento de Dados Ambientais foi criado para viabilizar a troca de informações entre os três níveis da Federação quanto aos projetos e programas de governo ligados à temática do desenvolvimento sustentável.
- 119 O Sistema Nacional de Integração e Processamento de Dados Ambientais tem suas atividades reguladas pelo CONAMA e atua como um dos órgãos de execução das políticas ambientais do Ministério de Meio Ambiente.
- 120 O princípio da inviolabilidade impede a divulgação prévia dos dados ambientais na rede mundial de computadores.